DA DEGRADAÇÃO À ELITIZAÇÃO: PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E AMBIENTAL EM BELÉM[1]

Ana Cláudia Duarte Cardoso[2]
Thales Barros Miranda[3]
Patrick da Costa Rocha[4]

RESUMO

Este texto aborda a forma como diferentes racionalidades consideram os espaços públicos/ verdes na área de expansão de Belém, destacando que os espaços naturais funcionaram no passado como espaços de produção, sociabilidade e lazer para a população assentada segundo as lógicas vernácula e informal, e como a racionalidade industrial de empreendimentos públicos e privados não foi capaz de compreender isso e oferecer espaços públicos ou áreas verdes equivalentes às áreas perdidas por supressão de vegetação e contaminação dos rios decorrentes do avanço da urbanização formal. Ao contrário, tem havido redução da importância da dimensão pública e maior confinamento da população pobre em suas unidades habitacionais. Procura-se mostrar a partir de mapas, levantamentos de campo e entrevistas, o quanto a

1 Este texto estende e consolida conteúdos de dois outros textos publicados nos anais do XI QUAPÁ-SEL e do II UrbFavelas.

2 PhD em Arquitetura (Oxford Brookes University, UK), Mestre em Planejamento Urbano (UnB), graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFPA). Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Economia. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com

3 Graduando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC CNPq).

4 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFPA).

degradação ambiental afeta os grupos sociais de forma seletiva e diferenciada, o quanto esse assunto se constitui em um ponto cego para a política urbana brasileira, e que no contexto amazônico há demanda por forte convergência das políticas urbanas, ambientais e sociais.
Palavras-chave: Planejamento urbano oficial, práticas tradicionais, Exclusão Socioambiental em Belém, Degradação ambiental.

ABSTRACT

This paper addresses the way of how different rationalities consider the public/green spaces of Belém's expansion area, highlighting that these natural spaces were used in the past by the population that lives in the area to produce, to socialize and with recreational purposes, according to vernacular and informal ways, and how it was not understood bypublic interventions industrial rationality that wasn't able to offer public spaces nor green areas equivalent to those areas that were lost due tovegetal suppression or the contamination of the rivers due to formal urbanization. Instead, there has been a reduction in the importance of the public dimension and an increase of poor population confinement in their houses. It's shown by maps, field surveys and interviews how this matter affects the distinct social groups differently and selectively, how it is a blind spot to the Brazilian urban policies and how a convergence between urban, environmental and social policies is needed in an Amazonian context.
***Keywords*:** *Formal urban planning, traditional practices, Socioenvironmental exclusion in Belém, Environmental degradation.*

INTRODUÇÃO

Belém é uma metrópole que desde a sua fundação tanto se beneficia quanto luta com a natureza exuberante que a cerca. Ponto de contato entre o "selvagem" e a "civilização", a cidade incorporou em sua forma elementos para atender a duas lógicas, a tradicional – de base extrativista, e a moderna – e a de base

industrial, ao longo de diversos ciclos de boom e reestruturação. Mas foi o século XX o período em que esse processo se tornou mais agudo. A riqueza da borracha permitiu melhoramentos urbanísticos e a introdução de arranjos espaciais e unidades morfológicas inspiradas nas cidades europeias, manifestos no traçado de ruas em quadrícula, nas praças e parques das áreas altas da sua primeira légua patrimonial, atual centro metropolitano, enquanto uma série de fatores contribuiu para que a segunda légua patrimonial da cidade fosse muito diferenciada da primeira, especialmente o fato da área já ser ocupada por sítios e fazendas por ocasião de sua doação à cidade (ABREU, 2016).

Esse espaço, que hoje corresponde à área de expansão de Belém, contou com um sistema de ruas mais limitado (baseado no eixo da estrada de ferro e atualmente da Av. Augusto Montenegro) e um tipo de espaço de sociabilidade muito diferente das praças e parques citados: a beira do igarapé. Em ambas as léguas as áreas de várzea foram ocupadas por migrantes com forte enraizamento nas práticas tradicionais com intensidades diferenciadas; as baixadas da primeira légua foram aterradas por moradores e sofreram adensamento progressivo desde os anos 1960, enquanto as áreas de várzea da segunda légua propiciaram um uso multifuncional das margens dos rios (espaços de produção de cerâmica, de lavagem de roupa, de pesca, horta, sociabilidade e lazer) por tempo mais longo, até serem incorporadas aos novos usos e tipologias de ocupação do solo praticados desde os anos 1970.

A superposição de usos e tipologias introduzidos na área de expansão a partir dos anos 1960 promoveram profundas mudanças tipológicas e no perfil socioeconômico dos seus moradores. As grandes glebas das fazendas foram utilizadas pela iniciativa pública, nos anos 1970, para a implantação dos grandes conjuntos habitacionais construídos para atender a população de baixa renda. Três décadas depois, as glebas restantes viabilizaram a produção imobiliária de habitação de alta renda, com grandes investimentos na produção de novas centralidades (shopping centers, hipermercados, estabelecimentos comerciais) e valori-

zação da região (VENTURA NETO, 2016), intensificando a supressão de vegetação e a contaminação das águas que apoiavam as populações que mantinham práticas tradicionais. Rapidamente os novos pobres urbanos, os grupos sociais espoliados de seus meios de subsistência e excluídos pelo processo de urbanização, converteram-se em habitantes de assentamentos informais.

Neste ponto observa-se o avanço da conversão da cidade ribeirinha pela metrópole, e a disseminação de "fórmulas" desenvolvidas em cidades globais que pudessem ser viáveis para o posicionamento de Belém na nova ordem mundial (HALL, PFEIFFER; 2000). O patrimônio histórico e especialmente o cultural e o ambiental foram assumidos como motivações para uma agenda de intervenções e ressignificações que iniciaram na área histórica, com a criação de um corredor de serviços nas áreas assumidas como Janelas para o Rio, que evocavam as experiências do Norte Global de reciclagem de áreas abandonadas após a desindustrialização de suas cidades portuárias (HALL, 1998; CARDOSO et al, 2016). A disputa acirrada na Cidade Velha entre usos tradicionais e usos voltados para o turismo internacional tornou-se um apelo para a redescoberta sensorial do rio, e o crescimento do interesse das classes abastadas por esportes aquáticos e atividades de lazer, mesmo sob pena da retirada dos usos das camadas populares que sempre fizeram um uso instrumental e polivalente do rio.

Esse processo tem uma manifestação mais visível no Centro Histórico e mais dissimulada na área de expansão da cidade, onde a carência de uma diretriz de ocupação (plano de alinhamento) oferecida pelo setor público, somada à falta de articulação entre as tipologias, consolidou uma ocupação caracterizada pela fragmentação espacial e segregação social e invisibilidade das áreas verdes e rios internos. Mesmo na produção oficial de assentamentos, observa-se insuficiência e inadequação do planejamento e desenho urbanos, com problema de dimensionamento de áreas públicas, de circulação, tratamento de espaços verdes e áreas que deveriam ser preservadas, como as margens de rios.

Os pioneiros na ocupação formal na área de expansão foram os conjuntos habitacionais, que se instalaram próximos aos

principais eixos viários e buscavam a disponibilidade de grandes terrenos baratos e mais adequados para urbanização (mais econômicos para a sua implantação por serem planos e firmes). No entanto, essa política gerou "vazios urbanos" entre a terra consolidada e os novos assentamentos que encareceram o custo da infraestrutura estendida até os conjuntos e depois compartilhada com assentamentos informais e empreendimentos imobiliários, sem a devida ampliação. Foi claro o caráter genérico e a prioridade dada aos aspectos quantitativos nas políticas urbanas e ações oficiais.

A comparação da produção formal e informal dos assentamentos na área de expansão evidencia a coexistência de diferentes racionalidades socioespaciais vinculadas à já citada matriz industrial (conjunto habitacional e condomínio fechado) e a uma matriz tradicional ou espontânea (loteamento e ocupações informais), que mantém mais pontos de contato com o meio físico e com os espaços de uso público e com a escala humana que o outro grupo. Curiosamente, há uma forte assimilação de estratégias espaciais originadas no primeiro grupo pelo segundo grupo, no que diz respeito ao espaço privado, tais como as estratégias de isolamento em relação aos espaços públicos por meio de muros, grades, cercas elétricas, segurança terceirizada, etc., com crescente negação da dimensão pública da cidade e de hábitos, culturas, valores sociais e ambientais, que viabilizaram historicamente a sobrevivência da população de menor renda na cidade (SOUSA, 2016).

Para entender o processo em discussão, foram analisadas bases de dados, documentos técnicos, dados de entrevistas, análises morfológicas e observações de recortes das tipologias espaciais mais comuns na área de estudo (ocupação, conjunto habitacional, produção de habitação de mercado e loteamentos), além do mapeamento das massas verdes realizado a partir do processamento via sensoriamento remoto de imagens do satélite RapidEye obtidas através do Geo Catálogo do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e *shapefiles* com o destaque dos espaços construído (cheios) obtidos em base da Cohab (2003).

TIPOLOGIAS PREDOMINANTES NA ÁREA DE EXPANSÃO DE BELÉM: DA DEGRADAÇÃO À ELITIZAÇÃO

A lógica de expansão urbana improvisada fortaleceu o centro metropolitano de Belém na medida em que favoreceu a concentração da oferta de serviços e de infraestrutura na área central da cidade. A primeira légua conta com uma razoável estruturação global graças a um plano de alinhamento que orientou a ocupação de suas terras altas desde a virada do século XX. A forte centralidade do núcleo metropolitano aumentou o custo e inviabilizou o acesso à moradia formal para a população de baixa renda, que ocupou suas terras baixas (as baixadas) e a partir dos anos 1960 e adotou a área de expansão como destino. A ocupação na área de expansão que até então era predominantemente rural, com comunidades e aglomerações definidas a partir da disponibilidade de rios e do eixo que corresponde à atual Av. Augusto Montenegro, começou a se diversificar. A ocupação de áreas de várzea, desvalorizadas pelo mercado e de difícil acesso, era uma vantagem para a obtenção de alimento, a realização de algumas atividades domésticas e para o lazer tradicional da região (banho de rio ou balneário).

Os primeiros conjuntos construídos na área foram destinados aos servidores públicos de média e baixa renda, com projetos individuais (dos assentamentos) que não previam a articulação espacial das suas malhas com a cidade. A ausência histórica tanto de diretrizes para a ocupação quanto de controle do uso e ocupação do solo na região, levou à fragmentação da área e à formação de um mosaico de assentamentos desconexos. A partir dos anos 1980 a ocupação de terrenos adjacentes aos conjuntos habitacionais e de empreendimentos inconclusos permitiu a inserção de grupos (os excluídos) ao longo ou próximos à Av. Augusto Montenegro, sob uma nova lógica.

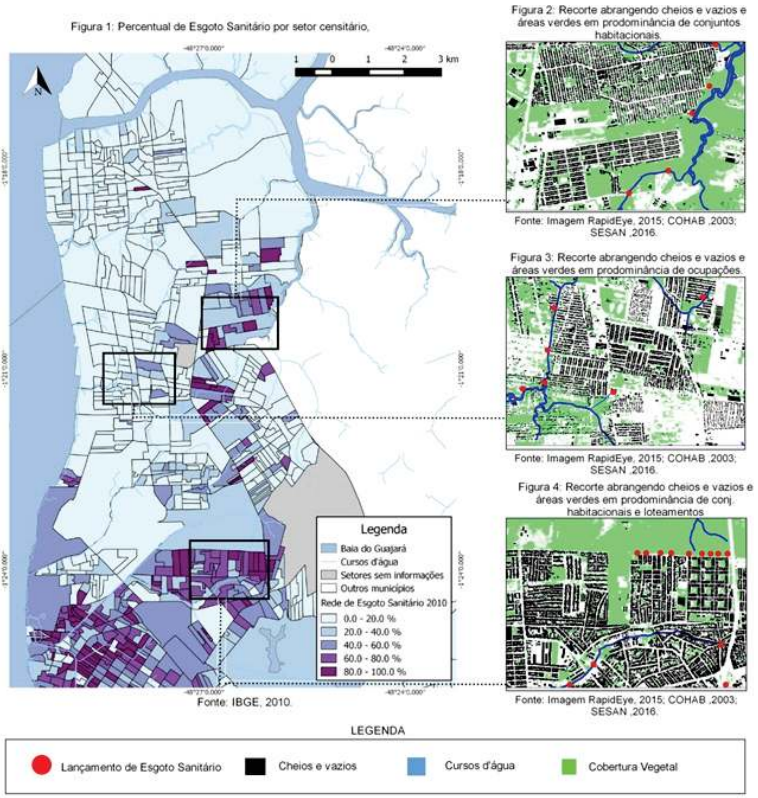
Instalou-se uma clara divisão entre duas lógicas de produção do espaço urbano: uma baseada na experiência tradicional/vernácula e informal, e outra, baseada na produção formal

e industrial. Na primeira destaca-se o relacionamento entre habitantes e cursos d'água para realização de funções que na lógica formal, a segunda racionalidade, dependeriam do projeto de espaços públicos e de áreas verdes, não disponibilizados ou garantidos.

A lógica hegemônica estabeleceu-se a partir da produção de habitação e da simplificação da diversidade dos espaços públicos e livres já utilizados, multifuncionais para a população mais pobre. A falta de estruturação espacial e de articulação dos novos assentamentos entre si retardou a formação de um sistema de novas centralidades, concentrando toda a diversidade de usos na Avenida Augusto Montenegro, e também negligenciou as necessidades de sociabilidade e de lazer da população mais pobre. Entrevistas com moradores revelaram que, mesmo nos conjuntos habitacionais que tiveram áreas públicas incluídas, a provisão de infraestrutura depende da sua localização e importância no bairro, o que mantém a grande maioria inconclusa e improvisada. Nos loteamentos, as ruas são o espaço público disponível, e o espaço de sociabilidade (campo de futebol, balneário) é privado, restrito aos quintais dos lotes maiores quando os proprietários assim o permitem. O projeto de espaços públicos e espaços verdes para assentamentos habitados por população de baixa renda tende a ter funcionalidade restrita e a ser menos aprazível em termos ambientais do que os espaços naturais disponíveis antes da intensificação da urbanização na região.

Contudo a produção formal pública de habitação dos anos 1970, e a produção privada de moradia de alta renda dos anos 2000 e 2010 contribuem igualmente para a contaminação de águas dos rios internos que eram usados para produção, sociabilidade e lazer da população oriunda do interior que ocupava a região antes dos empreendimentos oficiais chegarem, potencializando processos de degradação ambiental e de exclusão social. As figuras 1, 2, 3 e 4 compõem um mosaico que revela a relação da urbanização com a contaminação das águas, pelos pontos de lançamento de esgoto bruto marcados nas figuras com pontos vermelhos, e a supressão das massas vegetadas para construção

dos assentamentos, forçando uma ruptura de paradigma quanto ao uso de espaços públicos e relacionamento com áreas verdes nessa área da cidade, com a substituição dos balneário pelo espaço destinado às praças de conjuntos habitacionais conforme determinação da Lei Federal 6766/1979, ainda que as últimas raramente fossem priorizadas pela administração pública.



Nas figuras citadas, o mapeamento do atendimento de serviço de esgoto levantado pelo Censo de 2010, foi associado ao mapeamento das massas verdes realizado a partir do processa-

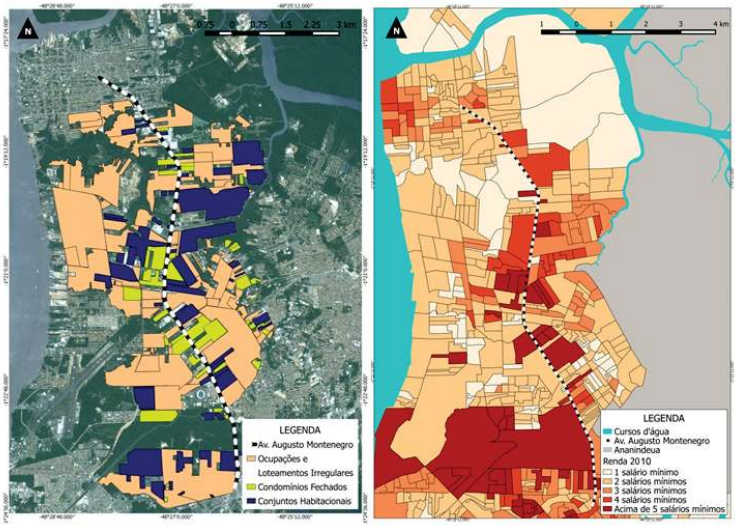
mento, via sensoriamento remoto, de imagens do satélite RapidEye, obtidas através do Geo Catálogo do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e ao espaço construído (cheios) obtidos em base da Cohab (2003). Os pontos de lançamento de esgoto sanitário dos empreendimentos habitacionais foram mapeados em entrevistas com técnicos da Prefeitura de Belém - SESAN e consulta a trabalhos técnicos, pois essa informação sequer é sistematizada nas bases de dados oficiais, indicando que o baixo controle sobre as práticas do setor público só foi estendido às operações do setor privado.

Nos anos 2010, a formação espacial híbrida da área de expansão de Belém foi direcionada para a criação de uma nova centralidade metropolitana, através da implantação de equipamentos e estabelecimentos de comércio e serviços, como shopping centers, hipermercados e lojas especializadas, de forma a torná-la mais atraente à população de média e alta renda, público alvo dos novos condomínios fechados; produtos que materializam a apropriação das cidades brasileiras por frações do capital financeiro através da forte atuação do setor imobiliário (figura 5). Apesar de a iniciativa privada promover a ocupação da área por "bairros planejados", Souza (2016) detectou que apenas 9% do total da área de expansão de Belém diretamente ligada à Av. Augusto Montenegro são constituídos por condomínios fechados, enquanto 25% é composto por conjuntos habitacionais e 66% é constituído de ocupações espontâneas ou loteamentos irregulares, ou seja, a área de expansão de Belém tem mais características de área informal do que de bairro planejado. Esses percentuais revelam que mais de 50% da população da área em questão não conta com soluções técnicas ou reserva de áreas para usos institucionais ou áreas verdes.

Em termos de condições de uso e ocupação do solo a polarização das atividades dificulta o acesso aos serviços e equipamentos por parte dessa maioria da população, que é de baixa renda e reside nas tipologias localizadas por trás dos lotes lindeiros à avenida (figura 6). Além disso, a área se configurou a partir da escala do automóvel, assumindo o deslocamento por longas

distâncias para o acesso aos serviços mais básicos. Tanto a configuração da avenida, quanto a condição de uso e ocupação desconsideram a escala do pedestre, e a possibilidade da farmácia, padaria, loja de conveniência e minimercados estarem próximos das moradias.

Figuras 5 e 6: Tipologias de assentamento da área de expansão de Belém e renda por setor censitário



Fonte: CTM/PMB (2000); IBGE (2010); Google Earth (2015)

Essas práticas foram proporcionadas por arranjos entre promotores imobiliários, proprietários fundiários e o Estado, que teve papel fundamental na expansão urbana da cidade ao implantar empreendimentos habitacionais, definir sistema de ruas e permitir a reserva de terrenos que foram ocupados nas décadas seguintes.

A partir do final dos anos 1990, os condomínios fechados ocuparam as grandes glebas reservadas ao longo da Avenida Augusto Montenegro. A localização próxima dos principais eixos viários é um padrão espacial comum a todos os assentamentos

dessa tipologia. O sítio urbano foi importante para viabilizar os primeiros condomínios, contudo, ao longo das décadas com a diminuição de grandes terrenos, diversos assentamentos situaram-se em sítios urbanos menos nobres, com várzeas e cursos d'água, sujeitos às modificações topográficas a fim de facilitar a subdivisão dos lotes e a posterior edificação das residências.

As demandas dos novos empreendimentos por área urbanizável eliminam rapidamente os espaços de natureza (rios, matas ciliares, florestas) e de socialização (campos de futebol) de livre acesso ainda remanescentes. Os condomínios exclusivos são mais uma fórmula importada pelo setor imobiliário globalizado (MUXI, 2004), de rápida difusão em vários municípios da Região metropolitana de Belém.

Esses condomínios possuem seus próprios sistemas de áreas de lazer e contato com a natureza, de acesso restrito aos condôminos, que interagem apenas entre si, criando verdadeiras bolhas sociais. Quanto às questões ambientais, pode-se observar que alguns desses condomínios não respeitam a delimitação prevista pela Lei nº 12.651/2012, o código Florestal Brasileiro, que prevê a delimitação de faixas de Áreas de Preservação Permanente (APP) de 30 metros de largura para cada margem de rio, como forma de preservar os recursos naturais e hídricos, por serem anteriores ao mesmo e por terem se aproveitando das controvérsias sobre a aplicação das determinações do Código Florestal Brasileiro de 1965 e das suas alterações de 1986 para áreas urbanas, que deveriam ser regidas por legislação municipal.

Em Ananindeua, município da Região Metropolitana de Belém, é possível encontrar novos empreendimentos que se utilizam da localização "privilegiada" às margens dos rios da região como atrativo à compra dos imóveis (figuras 7,8 e 9). Alguns condomínios mais antigos nas duas cidades chegam a utilizar a água dos rios e outros corpos d'água como fontes para os seus lagos artificiais internos com propósitos paisagísticos, após a completa supressão da vegetação nativa, para facilitar a produção do empreendimento.

Além disso, lançam seus esgotos sem tratamento nesses cursos d'água após seus muros, onde a população de uma ocupação localizada por trás de um condomínio fechado construiu uma laje sobre o rio poluído, negando-o completamente (figura 10).

Figura 7: Condomínio Residencial Neo Colori, acessado pela Rodovia Mario Covas, com 28.000 m², construído às margens de um dos braços do Rio Ariri.



Fonte: Google Earth, 2015.

Figura 8: material publicitário de apresentação do condomínio com deck próximo às margens do rio em questão.



Fonte: Google Earth, 2015.

Figura 9: Condomínio Residencial FIT Mirante do Lago, em Ananindeua, com 100.000 m² construído às margens de um lago da Bacia do Rio Ariri que segundo seu material publicitário apresenta mais de 50 opções de lazer e uma reserva ambiental.



Fonte: Google Earth, 2015.

Figura 10: Laje de concreto sobre o rio na área de expansão.



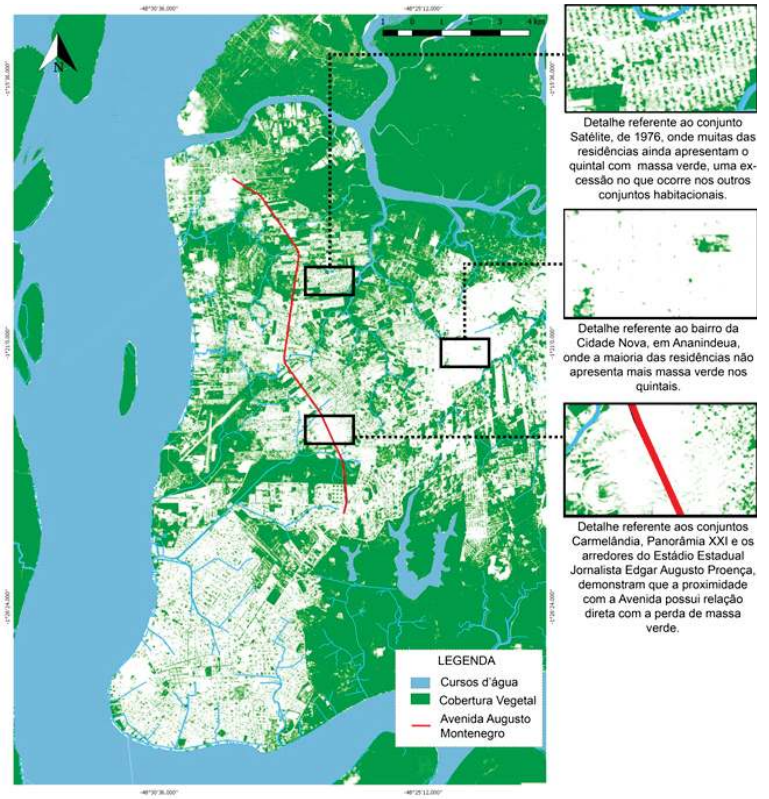
Foto: Taynara Gomes, 2015.

Observa-se que as práticas populares são evocadas para infringir a legislação em vigor e viabilizar novas glebas de terra urbanizável, mas que não há compreensão de que esse entrelaçamento também deveria ocorrer no sentido inverso, da preservação de espaços de livre acesso nas orlas internas da cidade, com estruturas mínimas (infraestrutura, e segurança) que permitissem o atendimento da população usuária. Em muitos casos as compensações por esses impactos são feitas através de fornecimento de equipamentos e do custeio da atuação dos órgãos públicos da área ambiental, sem que haja efetiva recomposição de vegetação nesses ou em outros terrenos (COSTA, 2015).

Observações a partir de imagens de satélite da redução do verde na RMB revelam que existe um gradiente que indica a progressiva redução dos quintais, matas ciliares, e florestas proporcional à maior centralidade e ao grau de consolidação da ocupação (figura 11), e que na bacia hidrográfica do Una, que contém a porção da Av. Augusto Montenegro mais próxima do centro metropolitano e que recebeu dois shopping centers e di-

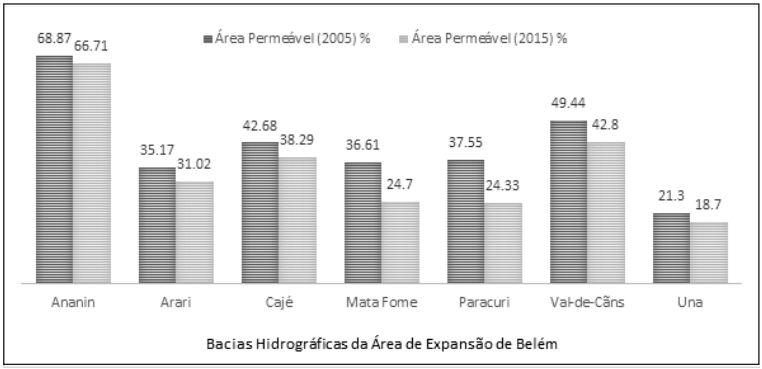
versos condomínios nos anos 2010, a remoção da vegetação já teria atingido percentuais abaixo do aceitável para a prevenção de alagamentos e mitigação dos impactos da urbanização, considerando as baixas declividades do sítio de Belém conforme recomenda Araújo et al (2008) (gráfico 01). A baixa permeabilidade do solo aumenta a velocidade das águas das chuvas e os níveis de erosão do solo, desencadeando processos já conhecidos nos bairros da primeira légua de Belém, destaca-se que na segunda légua a maior precariedade da provisão de infraestrutura, deixa a maioria da população (mais pobre) mais vulnerável à degradação ambiental resultante.

Figura 11: Relação entre as áreas já consolidadas e redução do verde



Fonte: Imagem RapidEye, 2015.

Gráfico 01: Análise das áreas permeáveis em 10 anos, entre 2005 e 2015, para as bacias hidrográficas da área de expansão de Belém.



Fonte: Google Earth, 2005; Google Earth, 2015.

Seguindo o novo paradigma, as praças de centro de bairro, como da Marambaia e do Tapanã oferecem alternativa à população, em localizações com forte centralidade, diversificação de usos, mobiliário e equipamentos adequados, presença da guarda municipal, programações culturais, transporte público, constituem-se em palcos efetivos de sociabilidade entre diferentes grupos sociais. Contudo essas são raras exceções que fazem a transição do sistema anterior para a concepção urbanística moderna de espaços públicos ou áreas verdes. Em outros conjuntos são raros os casos de conclusão das praças e nos loteamentos irregulares e ocupações, por razões que fogem ao escopo deste artigo, não houve controle do adensamento progressivo e reserva de área pública para além do sistema de ruas. Como a vizinhança direta entre modernos empreendimentos imobiliários e ocupações irregulares resulta em grandes muros, as ruas também tendem a se tornar degradadas e inseguras, e transformadas em meros locais de passagem. Enquanto isso, espaços de lazer vinculadas à natureza apresentam graus progressivos de estratificação por renda e pertencimento a grupos sociais homogêneos, como é o caso das marinas, balneários e clubes que cercam a margem dos rios de maior porte (ex; Rio Ariri).

Segundo Jáuregui (2013), essa ordem se repete na maioria das grandes metrópoles latino-americanas e apoia-se em um processo ambíguo, onde a frente representada pelas elites busca a baixa densidade (comparada à densidade encontrada nos centros urbanos) e a desconstrução das redes de sociabilidade, e a frente dos grupos excluídos, que optam pelo adensamento e demanda os agrupamentos de pequenas unidades habitacionais ao redor dos equipamentos urbanos básicos. Tal fato determina uma forte territorialização e fortalecimento das redes de sociabilidade. Assim, geram-se vizinhos, ocupando um mesmo espaço dividido por muros, com um código de comunicação, de necessidades e de percepções muito diferentes de uma mesma cidade. Essas divergências acarretam no aumento dos antagonismos e tensões sociais (op. cit.), fazendo com que esta forma de construir a cidade seja um sintoma da desigualdade ao mesmo tempo em que é a causa.

A situação corrente em Belém e sua área metropolitana justificaria o mapeamento de Áreas verdes disponíveis, e seu tratamento como parte de um sistema de áreas livres/ espaços públicos, tendo em vista o interesse público e a melhoria das condições de vida da população. Tal mapeamento também contribuiria para redução da carência desse tipo de espaços na área de expansão de Belém, e a necessária convergência entre políticas de habitação, preservação ambiental, mobilidade e economia, para uma compreensão sistêmica da cidade e das necessidades diversas dos grupos sociais que a habitam.

Entretanto, o avanço gradual da urbanização, seja por vias formais ou informais, está substituindo as massas vegetadas antes que suas funções sejam compreendidas. A lenta contaminação dos cursos d'água através do lançamento de esgoto sanitário dos assentamentos formais inviabilizou as atividades produtivas vinculadas ao rio (pesca e balneários) e ao cultivo da terra (hortas para produção de alimentos e ervasmedicinais), que sempre apoiaram a população mais pobre não integrada na economia formal, e contribuiu para difundir a negação da natureza em uma cidade que sempre foi sustentada por ela, que se mostra capaz

de matar sua "galinha dos ovos de ouro" (sua paisagem natural, cultural e social) ao desejar produtos e inserção internacionais, antes de reconhecer e atender sua própria população.

Nos anos 2010, procura-se internacionalizar a orla do centro histórico de Belém, incorporar ao mercado imobiliário ilhas que desempenham funções ambientais e sociais (MATTA, 2006), alegando que as margens dos rios ocupadas com usos tradicionais são favelizadas (CARDOSO et al, 2016, mas tolera-se que as matas e as águas dos rios internos sejam mortas pelo lançamento de esgoto in natura, enquanto os corpos d'água de maior porte, como o rio localizado por trás do Conjunto Maguari, o Rio Ananin, seja apropriado por portos e marinas, onde lanchas e jet-skis são estacionados para a prática de esporte e usufruto das águas por população de alta renda (figura 12) (ROCHA, 2016).

Figura 12: Marina Porto Seguro no Rio Ananin.



Fonte: Patrick Rocha, 2016.

ABORDAGEM DE ESPAÇOS LIVRES E PÚBLICOS EM DIFERENTES CONTEXTOS

Para Jáuregui, (2013), a questão para se medir as melhorias e avanços em uma sociedade hoje em dia deve levar como questão central, mais do que os números do produto interno bruto,

os custos da degradação ambiental e da exclusão social e os indicadores de felicidade. Sob essa perspectiva, a percepção ambiental se torna um importante indicador para o direcionamento de políticas públicas em relação ao meio ambiente, principalmente no contexto de uma cidade latino-americana como Belém, onde ainda há altos índices de desigualdade e de degradação ambiental. Percepção ambiental é aqui entendida como as reações e respostas individuais e coletivas sobre o ambiente em que se vive, resultantes dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de determinado grupo de pessoas (PELISSARI et. al., 2004).

Segundo Lefebvre (2001) cada indivíduo carrega dentro de si um sistema de significações no espaço que habita, com símbolos e significados pessoais e esse sistema diz respeito também às ações do habitante, que é percebido e modificável pela prática. A divergência de percepções acaba por criar uma cisão entre as demandas ao Estado, interessado na arrecadação de tributos advindos da produção formal da cidade e conduzido por profissionais formados em universidades que validam os processos hegemônicos como universais, favorecem as forças do mercado imobiliário em detrimento das demandas dos grupos sociais excluídos.

As leis que regulam a cidade brasileira não definem diretrizes que reconheçam o espaço natural de acesso público ou o espaço comum (os *commons*), característico de comunidades tradicionais como algo importante, indicando que os sistemas de espaços livres e públicos não são priorizados na política urbana brasileira. A abordagem da natureza mais frequente é a do paisagismo, que segue o paradigma moderno de que na cidade a natureza emerge na produção formal do parque, praça, espaço verde ou em áreas públicas, que ainda não reconhece o espaço natural urbano como um elemento de convergência de aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

O foco das políticas públicas para as cidades brasileiras está nas políticas setoriais de habitação, mobilidade e do saneamento, ou na regularização fundiária (quadro 01). Enquanto no contexto internacional, dos países industrializados, as cidades de Estocolmo, Lille, Lyon oferecem exemplos de integração entre

cidade/natureza face aos novos desafios das mudanças climáticas e perda de biodiversidade, com a criação de diversas escalas de espaços de convivência para a população. Cidades francesas criaram departamentos de espaços livres e planos de (re)vegetação que implantam o sistema de corredores biológicos da Trama Verde e Azul, segundo a mesma motivação.

Quadro 01: Determinações de espaços livres em diferentes contextos.

DETERMINAÇÕES NO CONTEXTO DOS PAÍSES DO NORTE	DETERMINAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO	EXPECTATIVAS DOS MORADORES
Nos países centrais o planejamento e as políticas urbanas têm experimentado mudanças com maior integração social, econômica e ambiental nas cidades. Dentro do contexto de mudanças climáticas, é necessário reduzir o consumo de energia, priorizar o transporte público - facilitando o deslocamento à pé, criar áreas verdes para uso recreativo e de drenagem das águas. No Plano da cidade de Estocolmo estabeleceu-se diretrizes para os espaços públicos e verdes a partir do método *sociotope*, definido por arquitetos, urbanistas e sociólogos. Esse método consiste em entender, através dos habitantes, quais seriam as escalas e os usos para os espaços verdes e públicos (STÅHLE, 2008). ▪ 300 m: parques tranquilos com playgrounds para crianças. ▪ 500 m: espaços mais ativos – área para piquenique e jogos naturais. ▪ 1000 m: espaços para reuniões e encontros – campo de futebol. ▪ 2500 m: áreas naturais de campo de ciclismo. Na França, os Planos Diretores das cidades de Lille, Rennes e os Planos de (re) vegetação das cidades Lyon e Perpignan identificaram as principais questões relacionadas com espaços verdes e arborizadas, ou seja, a sua baixa presença no território e a avançada fragmentação, que acelera a perda da biodiversidade local. Para tanto, foi necessário a criação de corredores biológicos que apoiam a migração animal e vegetal, e também, caminhadas acessíveis por múltiplos usuários. Esses corredores são as tramas verdes e azuis (CORMIER; KENDERESY, 2013).	Na legislação brasileira não há instrumentos concretos que auxiliem na criação de sistemas de espaços verdes e públicos. A habitação, mobilidade e saneamento apresentam maior importância acerca do planejamento e das políticas públicas das cidades. ▪ Lei Nº6766 (Parcelamento do solo): define que devem ser implantados espaços livres de uso público nos loteamentos urbanos. No entanto, não define o tamanho ideal e o raio de distância entre os espaços (BRASIL, 1979); ▪ Constituição Federal: nos artigos 182 e 183 define parâmetros para a política urbana, contudo, não há diretrizes para os espaços públicos. (BRASIL, 1988); ▪ Lei Nº10257 (Estatuto da Cidade): define os planos para as políticas urbanas – plano de habitação, mobilidade, saneamento e regularização fundiária. Não aborda diretamente espaços verdes / públicos (BRASIL, 2001). ▪ Lei nº12651 (Código Florestal): define áreas de preservação permanente (APP) nos espaços ambientalmente frágeis e vulneráveis - margens de rios, encostas de morros, nascentes (BRASIL, 2012). Esses espaços poderiam ser utilizados pela população a partir de atividades que não degradassem o meio ambiente, garantindo a preservando e usos aos espaços.	Para os moradores da área de estudo, havia um sistema informal de espaços livres, de acesso público, em escala local antes da intensificação da urbanização. Existe uma contramão nas atuais propostas do poder público de viabilizar parques de reserva ambiental, como o Parque do Utinga localizado próximo ao centro metropolitano, que são acessíveis majoritariamente por meio do transporte individual, contará com estruturas de consumo, tais como restaurantes, centros de convenções, trilhas e outras estruturas voltadas ao lazer das classes de média e alta renda. (PROJETO PARQUE DO UTINGA, 2016). A relação dos entrevistados com a água é bastante próxima, antes dos corpos d'água tornarem-se canais de escoamento de esgoto, parte da população de média e baixa renda utilizava os diversos balneários para a recreação e pesca. Hoje, a Orla de Icoaraci e os balneários privados são os poucos elementos naturais restantes para esse tipo de público. Essas pessoas não veem as praças como alternativas a esses espaços naturais.

Fonte: Miranda, Cardoso, 2016.

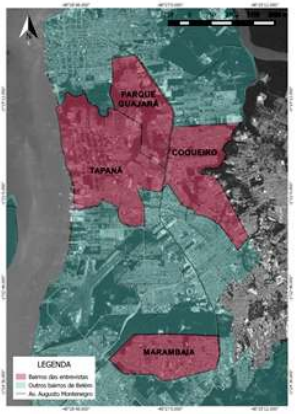
Como evidência do que seria relevante para a população, o quadro 02 foi estruturado a partir de 16 entrevistas detalhadas com moradores de 4 bairros (figura 13) distintos da área de estudo, para facilitar a detecção de um padrão de expectativas e práticas por bairro. As perguntas procuravam identificar níveis de percepção e importância dos espaços de uso público/ áreas verdes para a vida cotidiana dos moradores, cujas respostas indicam que a expectativa dos moradores demanda uma abordagem que reconheça escalas e diversidade de alternativas de acesso à natureza como praticado nos países do Norte Global em relação aos espaços públicos, algo não contemplado pelas políticas urbanas brasileiras.

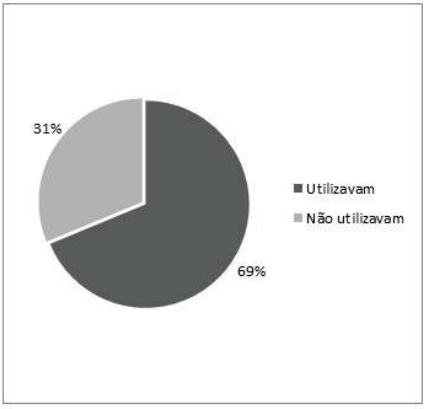
Quadro 02 – Síntese do uso do espaço público nas áreas pesquisadas segundo perfil de morador.

BAIRRO PARQUE GUAJARÁ	BAIRRO MARAMBAIA	BAIRRO TAPANÃ	BAIRRO COQUEIRO
58 anos. Moradora há 25 anos. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público a) inicial: praças, principalmente do centro metropolitano; b) atual: espaços privados - shoppings centers e restaurantes, dentro do centro metropolitano.	56 anos. Morador há 48 anos. Renda familiar > 3 SM. Uso espaço público a) inicial: balneários, campos de futebol e espaços arborizados (matas); b) atual: orla de Icoaraci.	25 anos, Moradora desde que nasceu. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público a) inicial: balneários e ruas; b) atual: ruas e praças.	79 anos. Reside Moradora há 14 anos. Renda familiar de acima de 3 SM Uso espaço público a) inicial: Praças; b) atual: Ruas para caminhadas.
18 anos. Morador há 8 anos. Renda familiar ½ SM. Uso espaço público: a) inicial: ruas, balneários e campos de futebol; b) atual: ruas, balneários privados, praças de conjuntos adjacentes e a orla de Icoaraci.	67 anos. Moradora há 42 anos. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público a) inicial: Balneários; b) atual: praças e ruas.	23 anos. Moradora desde que nasceu. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público: a) inicial: balneários e ruas; b) atual: Ruas	26 anos. Morador há 14 anos. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público: inicial: praças e ruas; b) atual: espaços privados, como bares e restaurantes do centro metropolitano.
15 anos. Morador desde que nasceu. Renda familiar 1 SM. Uso espaço público: a) inicial: ruas e balneários; b) atual: ruas, balneários privados e praças de conjuntos adjacentes.	28 anos. Morador desde que nasceu. Renda familiar 1 SM. Uso espaço público: a) inicial: ruas e balneários e praças; b) atual: praças e ruas.	22 anos. Moradora desde que nasceu. Renda familiar > 3 S M Uso espaço público: a) inicial: balneários e praças; b) atual: ruas	24 anos. Moradora há 14 anos. Renda familiar > 3 SM. Uso espaço público: a) inicial: praças e ruas; b) atual: espaços privados, bares e praças do centro metropolitano.
14 anos. Morador desde que nasceu. Renda familiar 1 SM. Uso espaço público: a) inicial: ruas e balneários; b) atual: ruas, balneários privados e praças de conjuntos adjacentes.	23 anos. Moradora há 20 anos. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público: a) inicial: ruas e praças; b) atual: praças e ruas.	22 anos. Moradora desde que nasceu. Renda familiar > 3 SM. Uso espaço público: a) inicial: balneários e praças; atual: praças.	20 anos. Moradora há 14 anos. Renda familiar > 3 SM. Uso espaço público: a) inicial: praças e ruas; atual: praça com academia ao ar livre.

Fonte: Miranda, Cardoso (2016).

Figura 13: Bairros das entrevistas. Gráfico 02: Percentual de uso dos balneários





Fontes: IBGE, 2010, Google Earth, 2015; Pesquisa de campo, 2016.

CONCLUSÃO

Ao longo das últimas cinco décadas houve uma ruptura do relacionamento instrumental com a floresta e a natureza na área de expansão de Belém, reconfigurada a partir de concepções de diferentes agentes produtores da cidade. Desde a implantação dos conjuntos habitacionais, na década de 1970, houve uma divisão de duas lógicas de produção do espaço urbano. A lógica formal vinculada à atuação dos setores público e privado é hegemônica e vem simplificando a diversidade dos espaços públicos e livres já utilizados pela população mais pobre.

A ocupação dos terrenos alagados, desvalorizados pelo mercado era uma vantagem para a obtenção de alimento e lazer da população mais pobre. Contudo, novas estruturas vêm surgindo para atender a classe média e alta da população, o que agrava os problemas da população excluída na medida em que eles perdem as suas antigas áreas de lazer e convívio.

Essa lógica de produzir cidade a partir do mercado descartou as formas de sociabilidade e lazer tradicionais, que dependiam da preservação da natureza, da infraestrutura física e segurança para o acesso público, difundindo soluções privadas

que excluem os não aptos para o consumo. Além disso, sistemas de espaços livres e públicos não são priorizados na política urbana brasileira. As leis que regulam a cidade não definem diretrizes que reconheçam o espaço natural de acesso público ou o espaço comum característico de comunidades tradicional como algo importante. Essa forma de urbanização vem negando hábitos, culturas, valores sociais e ambientais, intensificando reações negativas aos convívios com outras comunidades, confinando a população mais pobre em suas pequenas unidades habitacionais, sem a oportunidade de acesso/ usufruto de espaços públicos formais.

Em contraponto, evidências da pesquisa revelam que alguns desses pobres urbanos adotaram como áreas públicas, as ruas, os campos de futebol improvisados e margens de rios, como espaço de sociabilidade e lazer, seguindo a lógica tradicional / vernácula. Nessa perspectiva, o levantamento e incentivo às práticas que preservem vegetação, corpos d'agua e que contribuam para a redução da pobreza e exclusão de uma população que reconhece o rio como elemento natural, tem forte apelo dentro do atual contexto de mudanças climáticas, onde a literatura indica que os pobres são os primeiros a serem afetados (BUENO, 2013). Em cidades da Amazônia onde a maior parte da população está fora da economia formal, a utilização dos cursos d'água de forma democrática e multifuncional é uma estratégia sócio econômica ambiental e cultural comprometida com o atendimento de necessidades da população em geral, e em especial dos grupos sociais, que no contexto urbano, são classificadas como de baixa renda.

Mesmo com a pressão que a intensa urbanização exerce contra essas práticas sociais, as evidências revelaram que ainda do lado da população há demanda por ações que democratizem o acesso aos espaços verdes, uma vez que os mesmos se confundem com os espaços públicos tradicionais, registrados na memória da população da região. Os espaços verdes e livres que ainda restam na cidade devem ser inventariados e adaptados para atender a população, que sem contar com espaços públicos projetados dentro da lógica hegemônica, resolve as necessidades de lazer na

escala da vizinhança, em espaços arborizados improvisados. O avanço nessa linha de ação contribuiria para a mitigação de impactos da urbanização sobre as populações mais vulneráveis, e forjaria uma nova paisagem para a Belém do século XXI, capaz de respeitar sua história, suas diversas identidades e quem sabe contribuir para emancipar sua população.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. P. *A morfologia do Plano de Expansão da Cidade de Belém e a estrutura fundiária do município no século XIX*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém: UFPA, 2016.

ARAUJO, G. H. S. et al. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. 3ª ed. 320p. Rio de Janeiro: Berrtrand Brasil, 2008.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm> Acesso em: Julho de 2016.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: Julho de 2016.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br /ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: Julho de 2016.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: Julho de 2016.

BUENO, L. M. M. A adaptação da cidade às mudanças climáticas: uma agenda de pesquisa e uma agenda política. In. OJIMA, R; MARANDOLA JR., E. Mudanças Climáticas e as Cidades: Novos e Antigos Debates na Busca da Sustentabilidade Urbana e Social. São Paulo: Blucher, 2013. p. 23-73.

CARDOSO, A. C. D.; FERNANDES, D. A.; BASTOS, A. P. V. A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira. IN: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. METRÓPOLES: Território, Coesão Social e governança Democrática. Belém: Transformações na ordem urbana. 2015, p. 17-33.

CARDOSO, A. C. D.; GOMES, T. V.; MELO, A. C. C. ; BIBAS, L. B.Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA). Cadernos Metrópole. Artigo aceito para publicação.

COHAB (Companhia de Habitação do Pará). *Edificações da Região Metropolitana de Belém.*Belém, 2003. CD-ROM. [Cartografia digital, formato *shapefile*]

CORMIER, L; KENDERESY, M. GOUVERNANCE DES TRAMES VERTES ET BLEUES URBAINES: Analyse Des Modalités Initiées Lors De La Mise En Place D'une Politique Par Des Collectivités – Lille. Revista Planté&Cité. 2013.

_____. GOUVERNANCE DES TRAMES VERTES ET BLEUES URBAINES: Analyse Des Modalités Initiées Lors De La Mise En Place D'une Politique Par Des Collectivités – Rennes. Revista Planté&Cité. 2013.

_____. GOUVERNANCE DES TRAMES VERTES ET BLEUES URBAINES: Analyse Des Modalités Initiées Lors De La Mise En Place D'une Politique Par Des Collectivités – Lyon. Revista Planté&Cité. 2013.

COSTA, A. P. Implicações do Sistema Ambiental para o Sistema de Áreas Verdes em Belém. Palestra proferida na Oficina espaços livres e forma urbana de Belém. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém: UFPA - Quapá-SEL/USP, 2015.

HALL, P.; PFEIFFER, U. Urban Future 21: a global agenda for the twenty-first century. London: E & FN Spon, 2000.

HALL, P. Cidades do Amanhã. São Paulo: Perspectivas, 1998.

JÁUREGUI, Jorge. Arquitectura, Urbanismo Y Compromisso Social. Revista Habitat Inclusivo, ed. Nº 1. 2013. Disponível em: <http://www.habitatinclusivo.com.ar/revista/estrategias--de-articulacion-espacial-para-la-ciudad-partida/>. Acesso em: 03/06/2016.

LEEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, José Júlio. Conjuntos Habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. Arquitextos, 027.07, ano 3, Agosto 2002. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763> Acesso em: Março de 2016..

PELISSARI, V. B.; FERNANDES, R.; SOUSA, V. J. Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental. Revista Científica UNIVIX, v. 2, p. 33-45, 2004.

PROJETO PARQUE DO UTINGA, ALADIM JR. Belém: GRIFFO, 2016. 5 minutos Disponível em: <https://vimeo.com/159406214>. Acesso em: Julho de 2016.

MATTA, R. Espacialidade e sustentabilidade na Ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Pará, Belém.

MIRANDA, T.; CARDOSO, A. Compreendendo o espaço público da área de expansão de Belém a partir de cartografias e análises morfológicas. Relatório Final de PIBIC/FAU. Belém: UFPA, 2016.

MUXI, Zaida. La Arquitectura de la Ciudad Global. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

ROCHA, P.C. Proposta de Requalificação Urbana e Ambiental: As Margens do Rio Ariri. 2016. 87p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará. Belém

SANTOS, B.; CARDOSO, A. Tendências morfológicas, sociais e ambientais na periferia urbana de Belém do Pará. Relatório Final de PIBIC/FAU. Belém: UFPA, 2015.

SOUZA, Renata Durans Pessoa de. "Nova Belém": Um espaço de vivências multidimensional. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará. Belém.

STÅHLE, Alexander. Compact sprawl: Exploring public open space and contradictions in urban density. Tese de Doutorado. Royal Institute of Technology. Estocolmo, 2008. p. 242.

VENTURA NETO, R. Belém e o imobiliário: uma cidade entre contratempos e contradições.Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2016.